

A paisagem da Baía de Guanabara: um patrimônio a preservar

Luiz Manoel Cavalcanti Gazzaneo



Arquiteto, Urbanista, Professor Doutor do PROARQ / FAU-UFRJ / Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ. Rio de Janeiro [RJ], Brasil. <imgazzaneo@uol.com.br>.

Resumo

A bela paisagem da baía de Guanabara de outrora vem sendo modificada pelo processo de ocupação dos diversos espaços do seu entorno. As paisagens bucólicas de outrora apresentam atualmente aspectos de degradação, caracterizado por ocupações irregulares, salientando um violento processo de favelização. É necessário se encontrar soluções para minimizar e reverter esse quadro. Este artigo apresenta uma discussão sobre esta grave questão.

Palavras-chave

Patrimônio natural, paisagem, planejamento regional.

The Guanabara Bay's landscape: a heritage to preserve

Abstract

The wonderful landscape of the Guanabara's bay has been modified by an occupation process of the space around. The bucolic landscapes of yesterday shows today some degradation aspects. It is characterized by irregular occupations, evidencing a strong process of "favela" growing. It's necessary to find solutions to minimize and revert this canary. This paper shows a discussion about this critical theme.

Keywords

Natural heritage, landscape, regional planning.

Introdução

A bela paisagem da baía de Guanabara de outrora vem sendo modificada pelo processo de ocupação dos diversos espaços do seu entorno. As paisagens bucólicas de outrora apresentam atualmente aspectos de degradação, caracterizado por ocupações irregulares, salientando um violento processo de favelização.



Figura 1. Vista da baía de Guanabara e seu Entorno. Fonte: Google Earth

É necessário que encontremos soluções visando reverter o atual processo de favelização. As ações empreendidas, entre as quais, o Programa Favela-Bairro, o Programa de Aceleração do Desenvolvimento, não tem sido suficiente para conter esse processo. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro abriga 75% da população fluminense. É conveniente que sejam empreendidos mecanismos visando à interiorização da população, o fortalecimento dos centros urbanos fluminenses interioranos e a recuperação-valorização da paisagem da baía da Guanabara.

São Sebastião do Rio de Janeiro

A Mui Leal e Heróica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro nesses 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) anos de existência sempre teve um papel importante na história do Brasil. Cidade fortificada e posto avançado na conquista dos territórios do sul do Brasil, porto de saída do ouro das minas, capital do Vice-Reino do Brasil a partir de 1763, sede do Governo Português (1808-1821), capital do Reino do Brasil (1815-1822), do Império do Brasil (1822-1889), Município Neutro da Corte (1834-1889), capital da República do Brasil (1889-1960) – Distrito Federal (1891-1960), Cidade-Estado – o Estado da Guanabara de 1960 a 1975, e finalmente a partir de 1875, sede do Estado do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro sempre exerceu um poder de atração no contexto brasileiro e, em vista do processo de desenvolvimento adotado a partir do início do século XX, o adensamento da cidade e dos seus arredores, teve por consequência grandes distorções espaciais com prejuízos incomensuráveis ao ambiente e a paisagem do entorno da baía de Guanabara, uma realidade deste século XXI.

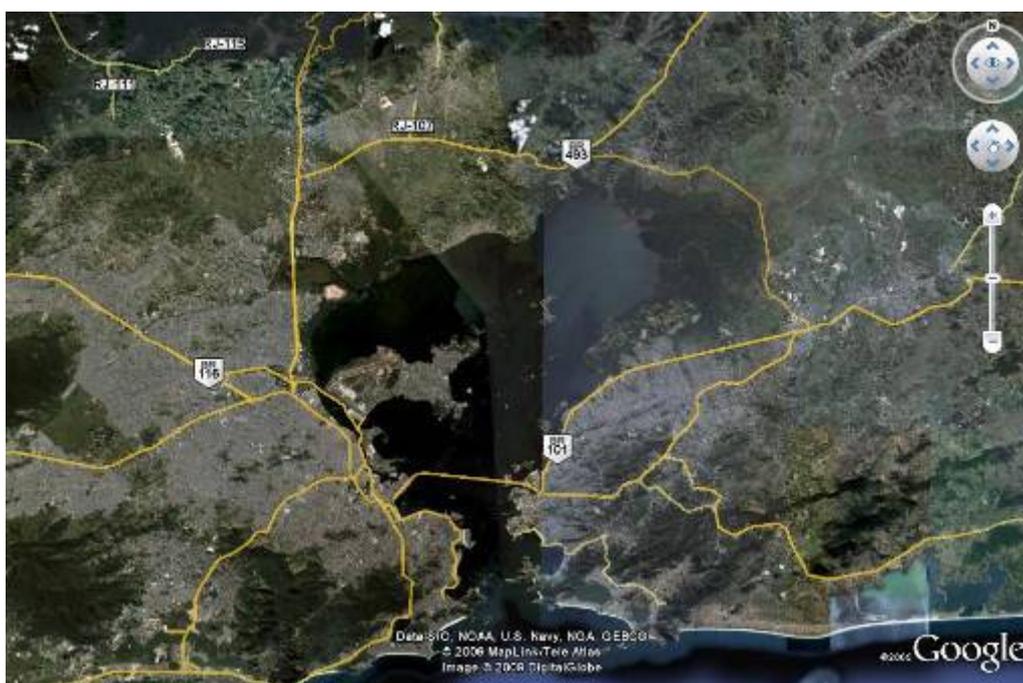


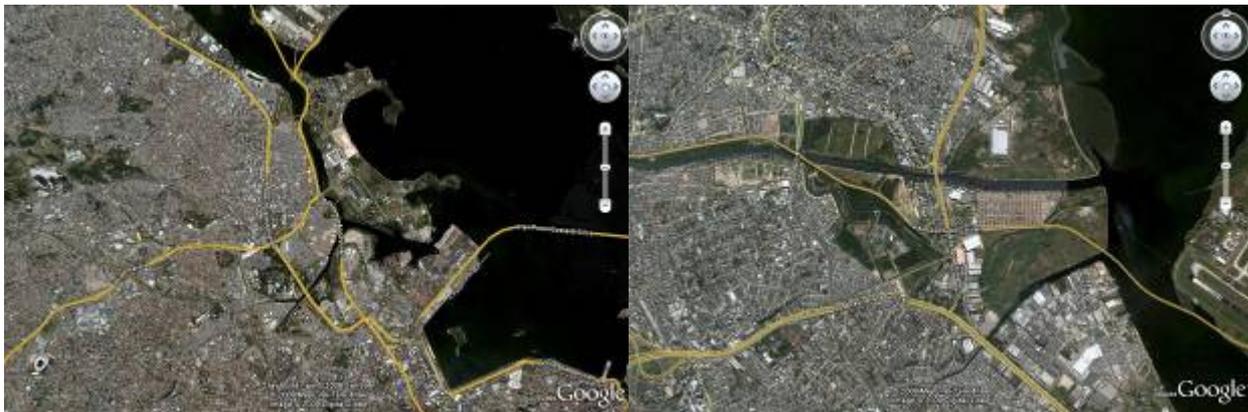
Figura 2. A Baía de Guanabara e seu entorno. Fonte: Google Earth

A aglomeração do Rio de Janeiro avança pelos dois lados da Baía em direção as fraldas da serra do Mar, ocupando as áreas de baixadas, conurbando municípios, desfigurando e descaracterizando o ambiente natural em um processo muito mais intenso do que as possibilidades de planejamento de ocupação de novos espaços.

No século XIX grandes transformações ocorreram a partir da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil (fevereiro de 1808 em Salvador e março de 1808 no Rio de Janeiro). O Rio de Janeiro passou a ser estruturado e foi incorporando áreas agrícolas do entorno do seu núcleo central. A cidade passou a ser servida por um

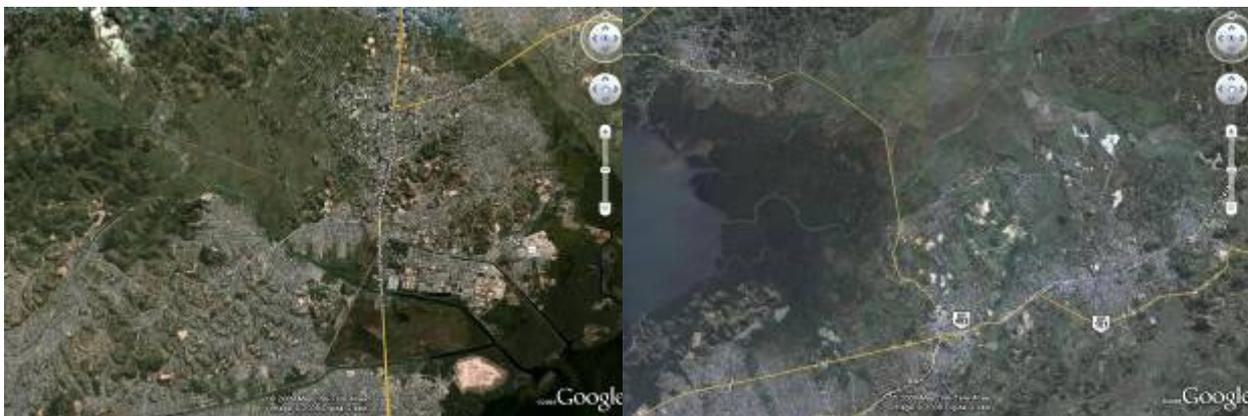
sistema de bondes, inicialmente a tração animal. Por outro lado, com a evolução dos transportes foi implantado um sistema de ferrovias ligando as áreas produtivas do entorno do Município Neutro da Corte para a área central, visando o escoamento da produção pelo porto do Rio de Janeiro. No início do século XX após a reforma urbana de Pereira Passos a cidade passou a ter características diferenciadas das de outrora com espaços de maior valorização, aqueles anteriormente servidos pelo sistema de bondes, e de menor valorização, os novos adensamento a longo das ferrovias que outrora traziam produtos agrícolas á capital e agora funcionava como eixo viário para esses assentamentos. Passamos a ter então os espaços divididos e mais adiante o que Milton Santos menciona no seu compendio ***O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos (1979)***.

Esse sistema traz conseqüências incalculáveis ao ambiente e a paisagem do entorno da baía. As várzeas são ocupadas, não são respeitados os leitos dos rios e córregos em seu sistema de enchentes e de vazantes, aterros são executados em áreas indevidas, lixões são alocados em área de baixada, os morros são desfigurados pelo adensamento irregular.



Figuras 3 e 4. Entorno da Ilha do Fundão e divisa dos Municípios do Rio de Janeiro e Duque de Caxias. Fonte: Google Earth.

Nas Figuras 3, 4, 5 e 6 podemos perceber espaços adensados ao longo dos leitos dos rios, córregos e das margens da baía. Verificamos também que nas áreas do fundo da baía não foram mantidas as característica de preservação, não garantido a preservação dos manguezais, os quais estão prejudicados pela poluição dos rios e córregos.



Figuras 5 e 6. Duque de Caxias e São Gonçalo-Itaboraí. Fonte: Google Earth.

A população favelada do Município do Rio de Janeiro em 1950 correspondia a 7,12% da população total, em 1960 esse índice passou a ser 10,15%, em 1970 ele sobe para 23,52%, descendo para 14,18% em 1981, indo para 17,79 em 1992 e para 18,79 em 2003, isto é, a população favelada em 2003 correspondia a cerca de 20,00% da total.

O avanço do processo de favelização e o surgimento de assentamentos irregulares em vários pontos da cidade e da região metropolitana do Rio de Janeiro têm trazido rebatimentos na segurança da população. Os índices de violência vêm crescendo de maneira assustadora, a insegurança da população é enorme e os casos de desrespeito ao cidadão vêm aumentando de maneira alarmante. É necessário se encontrar soluções para minimizar e reverter esse quadro.

É interessante, ou melhor dizendo, desconcertante, observar que a população mal alojada na Cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX correspondia a cerca de 10,00%, segundo uns autores e 25,00% da total segundo outros, conforme relato da professora-pesquisadora Lilian Fessler Vaz. Isso confirma o que havíamos dito anteriormente sobre o processo de desenvolvimento adotado durante o século XX, o qual salienta as diferenças sócio-econômico-espaciais.

Tabela 1. População Favelada no Município do Rio de Janeiro 1950-2003.

| Ano | Nº de Favelas | Domicílios | Habitantes | Pop. do Município* | % Pop. Favelada |
|-------------------|---------------|------------|------------|--------------------|-----------------|
| 1950[1] | 105 | 44.000 | 169.305 | 2377451 | 7,12 |
| 1960 ¹ | 147 | 69.680 | 335.696 | 3307163 | 10,15 |
| 1967[2] | 230 | 162.741 | 757.696 | - | - |
| 1970 ¹ | 300 | 185.000 | 1.000.000 | 4251918 | 23,52 |
| 1981[3] | 377 | 165.624 | 722.148 | 5093232 | 14,18 |
| 1992 ³ | 577 | 239.678 | 962.793 | 5473905 | 17,79 |
| 2003 ³ | 798[4] | 310.520 | 1.099.080 | 5850544 | 18,79 |

[1] NUNES, 1976, p. 21.

[2] Segundo pesquisa da Secretaria de Serviços Sociais do Estado do Guanabara in NUNES, 1976, p.28.

[3] Dados do Cadastro do Instituto Pereira Passos (antigo IPLANRIO).

[4] Para o IBGE são 517 favelas sendo estas diferenças resultantes das diferentes metodologias para a identificação das mesmas.



Figuras 7 e 8. Fundo da Baía – São Gonçalo-Itaboraí. Fonte: Google Earth.

Nas Figuras 7, 8 e 9 podemos perceber espaços que não foram adensados. Essas áreas do fundo da baía apresentam características de espaços outrora agrícolas, não mantendo mais essas produções e, em face do processo de expansão da área urbana, são espaços não cuidados, não garantido assim a preservação dos manguezais, os quais estão sendo prejudicados pela poluição dos rios e córregos.



Figura 9. Fundo da Baía – São Gonçalo-Itaboraí. Fonte: Google Earth.

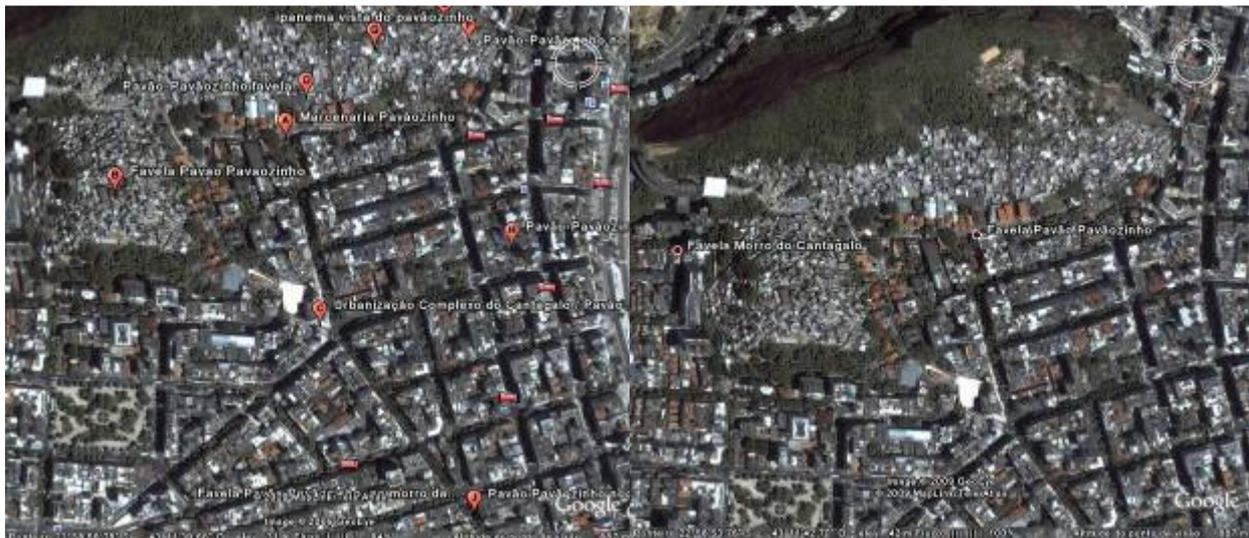
A Reestruturação dos Espaços Degredados

Os esforços e tentativas das autoridades para diluir o avanço do processo de favelização e esse processo não tem sido suficiente para minimizar esse quadro. A capacidade de empreendimentos nesse sentido é muito menor do que o avanço do próprio processo. A descaracterização dos espaços naturais desfigurados pelos adensamentos irregulares dificulta a reestruturação e recuperação desses em uma paisagem outra onde o espaço construído esteja em harmonia com a topografia da região metropolitana.



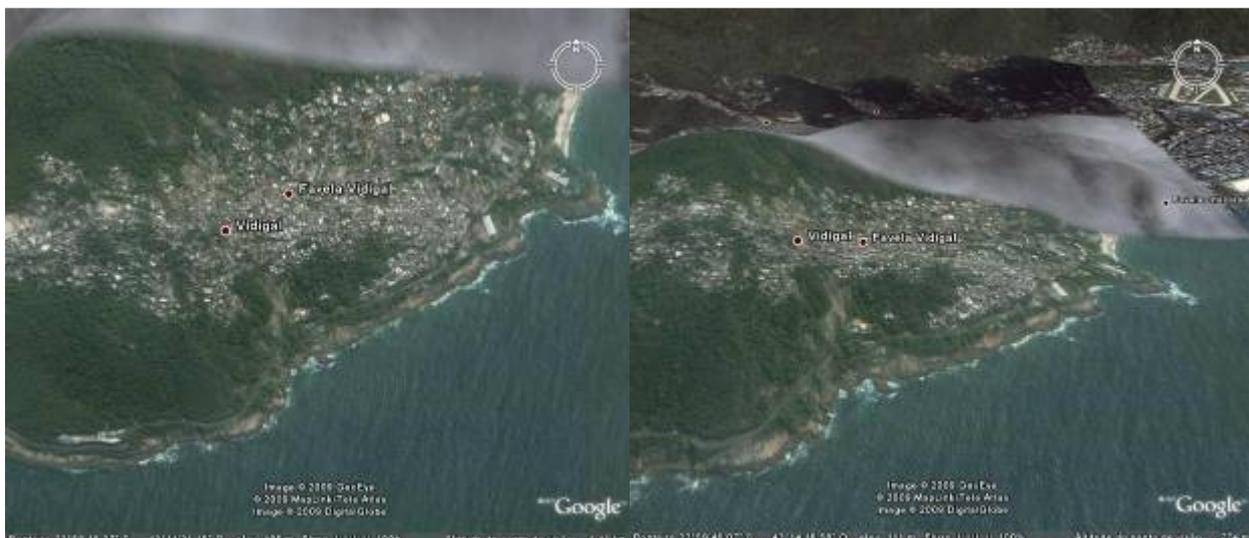
Figuras 10 e 11. A Cidade Formal – A Cidade Informal - Copacabana – Lagoa e a favela do Pavão Pavãozinho. Fonte: Google Earth.

A capacitação de absorção de adensamentos apropriados nesses espaços está aquém da capacidade de permissão de adensamentos em vista das próprias características topográficas desses espaços. Uma cidade, uma aglomeração, uma metrópole, uma região metropolitana caracterizada por um enorme espelho de água, a baía de Guanabara, com vários cursos de água que nela deságua cercada por morros onde vários deles estão inseridos na própria topografia, tem limitações fisiológicas que não estão sendo respeitadas-preservadas. É necessário o redimensionamento da capacidade de absorção de adensamentos nesses espaços.



Figuras 12 e 13. A Cidade Formal – A Cidade Informal - Copacabana – Lagoa e a favela do Pavão Pavãozinho. Fonte: Google Earth.

A Cidade informal avança sobre a cidade formal, uma característica atual da aglomeração do Rio de Janeiro, das conurbações do Rio de Janeiro e de Niterói, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Em realidade uma característica que se verifica nas cidades e núcleos urbanos brasileiros neste início do século XXI, característica essa decorrente do processo de desenvolvimento do século anterior, principalmente da acumulação e das distorções dessas últimas quatro décadas. A capacidade de investimentos em saúde, educação, moradia, emprego, oferta de trabalho é muito aquém da necessidade destes.



Figuras 14 e 15. A Costa da Avenida Niemeyer e as Favelas da Rocinha e do Vidigal. Fonte: Google Earth.

Nas Figuras 14 e 15 observamos o litoral da Avenida Niemeyer com a mata da encosta praticamente destruída e ocupada pela Favela do Vidigal. Os pontos de ligação entre bairros nobres da Cidade do Rio de Janeiro, Leblon e Gávea com São

Conrado, estão cercados de adensamentos irregulares, que crescem de uma maneira surpreendente, tanto em expansão horizontal, como também em vertical (Figuras 16 e 17). Uma área de encosta onde não se deve adensar terrenos com mais de 45° de inclinação, onde acima da cota 100 a taxa de ocupação e de 10% da área do lote, e em uma área de reserva florestal, vemos adensamentos que não respeitam nenhum desses parâmetros.



Figura 16. A auto-estrada Lagoa-Barra, a Avenida Niemeyer, as Favelas da Rocinha e do Vidigal e os bairros do Leblon, Gávea e São Conrado. Fonte: Google Earth.

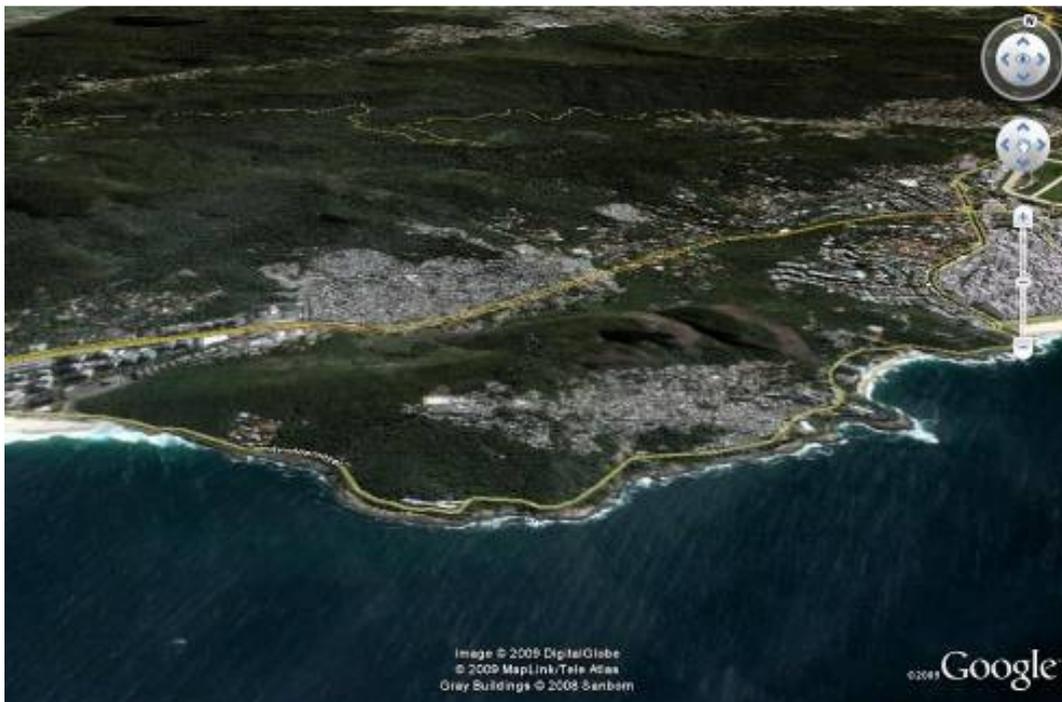


Figura 17. A auto-estrada Lagoa-Barra, a Avenida Niemeyer, as Favelas da Rocinha e do Vidigal. Fonte: Google Earth.

O IBGE vem desenvolvendo trabalhos sobre as áreas de influência das cidades brasileiras desde 1967. Em 1972 com o título *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas*, em 1992 e recentemente em 2007 com o título *Regiões de Influência das Cidades*. Analisamos a edição de 1992 divulgada em 1998, entretanto ainda não tivemos oportunidade de analisar a de 2007. Por este trabalho a rede de influência da cidade do Rio de Janeiro tem 29 (vinte e nove) centros urbanos no território fluminense.

Nesse trabalho o IBGE hierarquizou os municípios urbanos brasileiros em oito níveis (Tabela 2), a saber:

Tabela 2. Níveis de hierarquização dos municípios brasileiros, de acordo com o IBGE.

| | Níveis | Nº. de Municípios | Padrões de Cidades |
|----|---------------|-------------------|--|
| 1º | Máximo | 9 | Metropolitano |
| 2º | Muito Forte | 24 | Predominantemente Sub-Metropolitano |
| 3º | Forte | 35 | Predominantemente Capital Regional |
| 4º | Forte p/Médio | 108 | Predominantemente Centro Sub-Regional |
| 5º | Médio | 141 | Tendendo a Centro Sub-Regional |
| 6º | Médio p/Fraco | 195 | Predominantemente Centro de Zona (ou Centro Local) |
| 7º | Fraco | 250 | Tendendo a Centro de Zona (ou Centro Local) |
| 8º | Muito Fraco | 3733 | Municípios Subordinados |

A Rede Urbana do Rio de Janeiro tem em território fluminense o Centro Metropolitano – a Cidade do Rio de Janeiro e 29 Centros Urbanos outros que foram classificados do 4º ao 7º nível pelo trabalho do IBGE, a saber:

- Um centro de 1º nível - **a Cidade do Rio de Janeiro**;
- **Nenhum centro** de 2º e 3º níveis;
- Sete centros do 4º nível - **Niterói, Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Nova Friburgo, Barra Mansa, Volta Redonda e Nova Iguaçu**;
- Cinco centros do 5º nível - **Valença, Bom Jesus de Itabapoana, Santo Antônio de Pádua, Barra de Pirai e Três Rios**;
- Onze centros do 6º nível - **Petrópolis, Teresópolis, Macaé, Miracema, Araruama, Cabo Frio, Rio Bonito, Resende, Vassouras, São Gonçalo e Duque de Caxias**; e
- Seis centros do 7º nível - **Itaguaí, Itaboraí, Miguel Pereira, Itaocara, São Pedro da Aldeia e Angra dos Reis**.

Entretanto, desses 29 centros urbanos fluminenses a maioria está subordinada a centros de vários níveis acima:

- Somente cinco são subordinados ao centro imediatamente superior dentro da

hierarquia urbana – **Bom Jesus de Itabapoana, Santo Antônio de Pádua, São Pedro da Aldeia, Barra de Pirai e Vassouras;**

- Oito centros a dois níveis acima – **Macaé, Miracema, Araruama, Cabo Frio, Itaboraí, Rio Bonito, São Gonçalo e Resende;**
- Dois centros a três níveis acima – **Itaocara e Angra dos Reis;**
- Sete centros a quatro níveis acima – **Campos, Itaperuna, Niterói, Nova Friburgo, Barra Mansa, Volta Redonda e Três Rios** subordinado a Juiz de Fora - MG, centro do 2º nível da Rede Urbana do Rio de Janeiro;
- Dois centros a cinco níveis acima – **Valença e Nova Iguaçu;**
- Dois centros a seis níveis acima – **Petrópolis e Teresópolis;** e
- Três centros a sete níveis acima – **Duque de Caxias, Itaguaí e Miguel Pereira.**

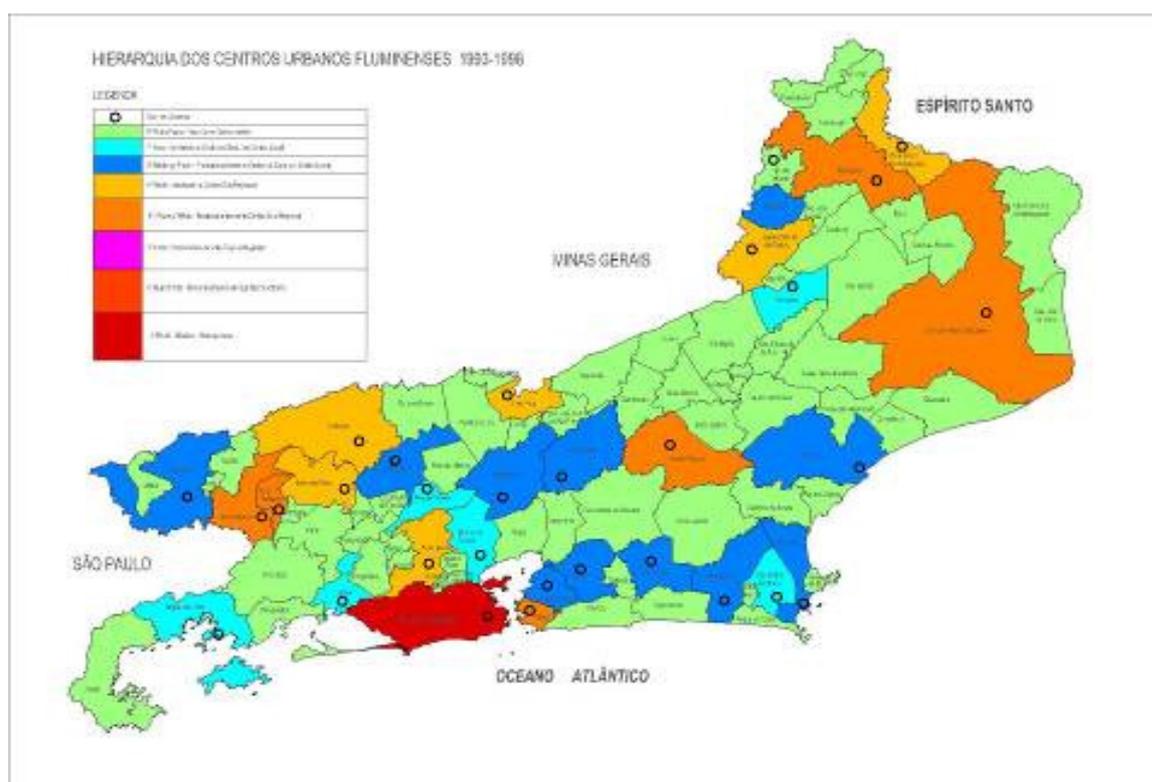


Figura 18. Os centros urbanos fluminenses da rede urbana do Rio de Janeiro.

Os mapas apresentados nas Figuras 19 e 20, Hierarquia Demográfica dos Municípios Fluminenses em 2005 – seis níveis e Hierarquia das Densidades dos Municípios Fluminenses em 2005 – cinco níveis bem demonstram a forte concentração da população do estado na Região Metropolitana, os espaços do entorno da baía de Guanabara.

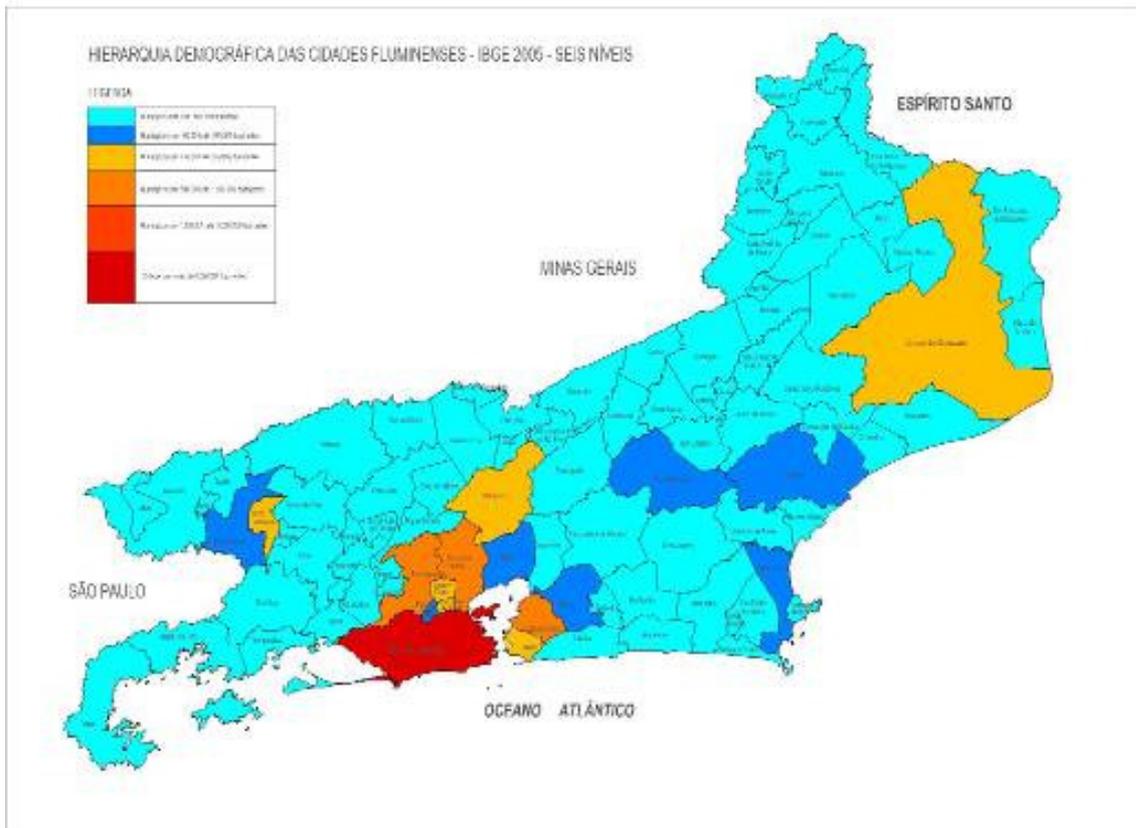


Figura 19. Hierarquia Demográfica dos Municípios Fluminenses em 2005 – seis níveis.

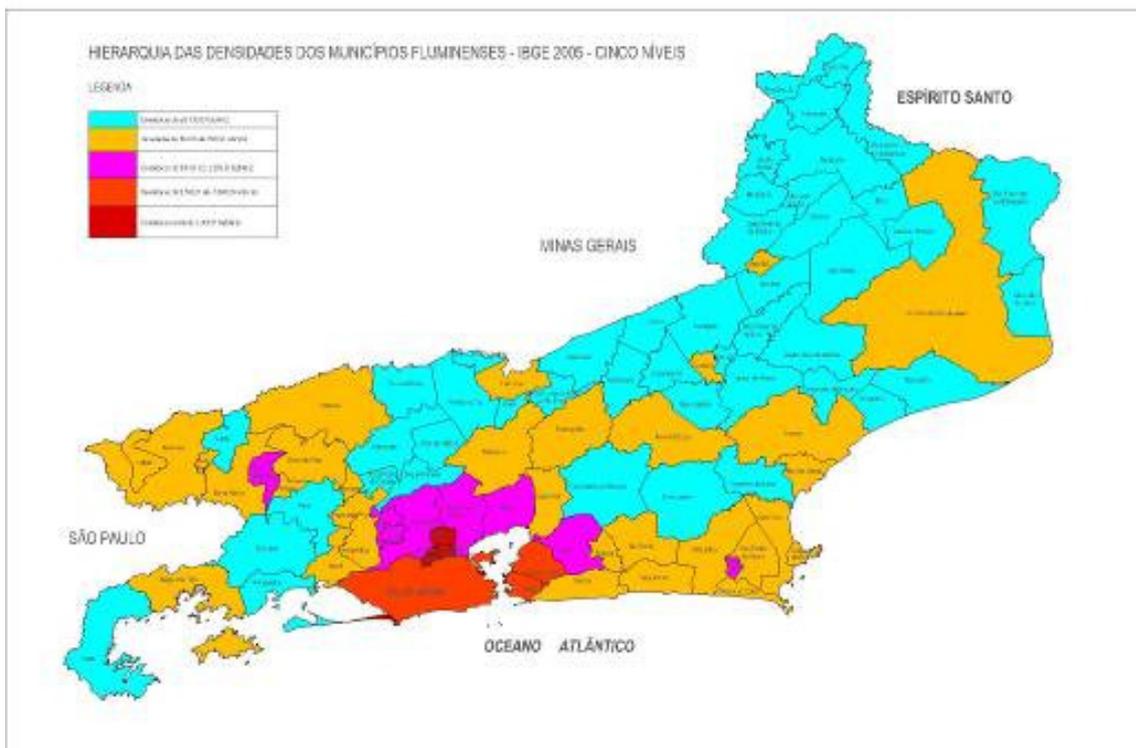


Figura 20. Hierarquia das Densidades dos Municípios Fluminenses em 2005 – cinco níveis.

A Recuperação da Paisagem da Baía de Guanabara

O exposto nas páginas acima nos leva a refletir sobre as possibilidades de recuperação da paisagem da baía de Guanabara a partir do reforço dos centros urbanos interioranos. As 29 cidades mencionadas no trabalho do IBGE poderão vir a ser pólos de desenvolvimento interioranos motores de um processo que vise a interiorização do território fluminense.

Esses centros poderão abrigar empresas em um processo de interiorização com capacidade de se tornarem núcleos produtivos abrigando e abrindo novas oportunidades para a população metropolitana. Os investimentos necessários a estruturar esses núcleos são infinitamente menores do que os necessários a ordenar os espaços indevidamente ocupados e degradados da região Metropolitana.

A partir da abertura de novas oportunidades interioranas e do esvaziamento de áreas indevidamente ocupadas poderão ser desenvolvidas políticas visando a recomposição e recuperação desses espaços em uma outra composição da paisagem do entorno da baía de Guanabara.

Poderemos então vir a ter a possibilidade descobrir outros encantos para a outrora tão bela de Guanabara.

Na Figura 21 indicamos os pólos de desenvolvimento em um processo de interiorização do espaço fluminense – os centros urbanos fluminenses da rede urbana do Rio de Janeiro.

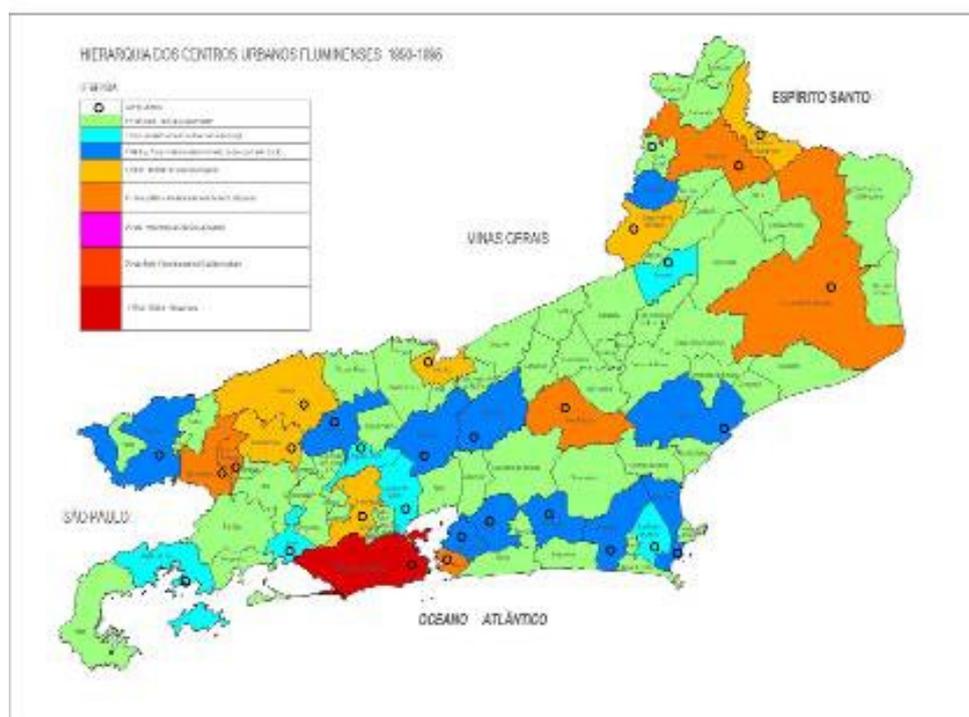


Figura 21. Os pólos de desenvolvimento em um processo de interiorização do espaço fluminense – os centros urbanos fluminenses da rede urbana do Rio de Janeiro.